

Possibilidades de desenvolvimento territorial local a partir da criação de RESEXs de babaçu: exemplos no Maranhão e Tocantins

Possibilities for local territorial development through the creation of babassu RESEXs: examples in Maranhão and Tocantins

Posibilidades de desarrollo territorial local a través de la creación de RESEX de babasú: ejemplos en Maranhão y Tocantins

Murillo Barros de Carvalho

Doutorando PPGCiamb, UFT, Brasil
murillo.carvalho@ifma.edu.br

Dayana Carvalho Coelho

Doutoranda PPGPP, UFMA, Brasil
dy.ccoelho@gmail.com

Lauro Santos Pinheiro

Professor Doutor, PPGDire, UFT, Brasil.
lauro.itz@ifma.edu.br

RESUMO

O presente artigo reflete sobre as possibilidades de desenvolvimento territorial local a partir da criação de Reservas Extrativistas (RESEX) de babaçu, enquanto espaços que propõe o uso dos recursos naturais a partir de dinâmicas sustentáveis e coletivas, originado nas vivências de populações tradicionais. Essas áreas são de domínio público e o uso cedido para as populações tradicionais que estão em seu interior, para o desenvolvimento de atividades de extrativismo, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte. Foi realizada pesquisa exploratória, e seguiu em uma trajetória baseada em duas etapas: (1) levantamento bibliográfico; (2) pesquisa no Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A partir da análise das RESEXs Extremo Norte do Tocantins no Estado do Tocantins, e das RESEX do Ciriáco e da Mata Grande no Estado do Maranhão, percebe-se como as dinâmicas ali estabelecidas se contrapõem ao modelo dominante de desenvolvimento voltado para uma sociedade de produção e consumo guiada pela lógica do mercado. Ao mesmo tempo, despontam nessas localidades, alternativas mais duradouras de um desenvolvimento territorial que leve em conta a melhoria das condições de vida da coletividade, valorizando sua capacidade produtiva e uso sustentável dos recursos naturais do território.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento territorial; RESEX de babaçu; Maranhão; Tocantins

SUMMARY

This article reflects on the possibilities of local territorial development through the creation of Babaçu Extractive Reserves (RESEX), as spaces that propose the use of natural resources based on sustainable and collective dynamics, originating in the experiences of traditional populations. These areas are in the public domain and the use is ceded to the traditional populations within them, for the development of extractive activities, subsistence agriculture and small animal husbandry. Exploratory research was carried out, and followed a trajectory based on two stages: (1) bibliographical survey; (2) research in the Management Analysis and Monitoring System (SAMGe) of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio). From the analysis of the RESEXs Extremo Norte do Tocantins in the State of Tocantins, and the RESEXs of Ciriáco and Mata Grande in the State of Maranhão, it is clear how the dynamics established there are opposed to the dominant model of development aimed at a production society and consumption guided by market logic. At the same time, more lasting alternatives for territorial development are emerging in these locations that take into account the improvement of the community's living conditions, valuing their productive capacity and sustainable use of the territory's natural resources.

KEYWORDS: Territorial development; babassu RESEX; Maranhão; Tocantins

RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre las posibilidades de desarrollo territorial local a través de la creación de Reservas Extractivas de Babaçu (RESEX), como espacios que proponen el uso de los recursos naturales a partir de dinámicas sostenibles y colectivas, originadas en las experiencias de las poblaciones tradicionales. Estas áreas son de dominio público y el uso está cedido a las poblaciones tradicionales que se encuentran dentro de ellas, para el desarrollo de actividades extractivas, agricultura de subsistencia y ganadería menor. Se realizó una investigación exploratoria, la cual siguió una trayectoria basada en dos etapas: (1) levantamiento bibliográfico; (2) investigaciones en el Sistema de Análisis y Monitoreo de Gestión (SAMGe) del Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad (ICMBio). Del análisis de las RESEX Extremo Norte do Tocantins en el Estado de Tocantins, y de las RESEX de Ciriáco y Mata Grande en el Estado de Maranhão, se desprende cómo las dinámicas allí establecidas se oponen al modelo dominante de desarrollo orientado a una producción sociedad y consumo guiados por la lógica del mercado. Al mismo tiempo, en estas localidades están surgiendo alternativas de desarrollo territorial más duraderas que tienen en cuenta el mejoramiento de las condiciones de vida de la comunidad, valorando su capacidad productiva y el uso sostenible de los recursos naturales del territorio.

PALABRAS CLAVE: Desenvolvimento territorial; RESEX de babaçu; Maranhão; Tocantins

1 INTRODUÇÃO

As Reserva Extrativistas (RESEX), enquanto espaços de conservação ambiental, são relativamente recentes dentro das políticas territoriais, como proposta coletiva de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. A Constituição Federal de 1988 incumbe ao poder público delimitar os espaços territoriais destinados à proteção ambiental, além da valorização da diversidade sociocultural, os quais são fortalecidos com a edição de leis esparsas. Entre estas está a Lei 9.985 de 2000, que normatiza as Unidades de Conservação por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Gonçalves (2012) chama atenção para o fato da implantação de diversas Unidades de Conservação (UCs) brasileiras terem acontecido de forma conflitiva, gerando problemas ao invés de soluções às comunidades residentes nas suas respectivas áreas. As unidades de conservação estão imersas em situações particulares, que moldam tanto o ambiente em que estão inseridas quanto às dinâmicas das interações entre diversos atores sociais (GONÇALVES, 2012, p.31).

Os diferentes interesses e identidades que perpassam os territórios que compõem as UCs trazem, também, possibilidades para se discutir o desenvolvimento territorial das localidades onde são implantadas, a partir das dinâmicas que se estabelecem nesses espaços, muitas vezes contrárias aos processos dominantes de desenvolvimento.

Esses processos têm como referência uma sociedade de produção e consumo, portanto, tem como referência um modelo estritamente econômico, onde quanto maior o Produto Interno Bruto (PIB) mais desenvolvido será um país ou nação. É esse conceito que forja as políticas de desenvolvimento brasileiras, ancoradas em políticas de expansão e exploração de novos territórios, industrialização e modernização da produção.

Esses projetos desenvolvimentistas, promovidos em nome do progresso e da modernidade social, causam diversos impactos aos povos e comunidades tradicionais (TAVARES, BISPO e DA SILVA, 2017), que historicamente ocupam os espaços que passam a ser alvo dos interesses dos grupos desenvolvimentistas. Os conflitos gerados pelas disputas de território são equacionados pelo Estado, que ora incentiva os projetos de desenvolvimento, ora reconhece e precisa fazer cumprir um arcabouço legal de proteção e conservação ao meio ambiente e as comunidades tradicionais, tentando equilibrar interesses muitas vezes contraditórios dos diferentes grupos que perpassam os territórios que compõe UCs como as RESEXs, por exemplo.

É considerando tais questões que se propõe discutir algumas possibilidades de desenvolvimento territorial local a partir da criação de RESEXs de babaçu no Maranhão e no Tocantins, partindo de um levantamento bibliográfico sobre os temas propostos e confrontando com exemplos de RESEXs nessas localidades de modo a identificar as dinâmicas que podem contribuir para a construção de estratégias de desenvolvimento do território.

2 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa exploratória que segundo Gil (2010), permite o aprimoramento de ideias, a descoberta de intuições e estimulam a compreensão. Neste trabalho, o que se pretendeu explorar por meio de levantamento bibliográfico foram as principais possibilidades de desenvolvimento territorial local, considerando a criação e gestão de Reservas Extrativistas.

O trabalho seguiu em uma trajetória baseada em duas etapas: (1) levantamento bibliográfico, com a leitura de livros, artigos científicos, arquivos digitais e documentos oriundos

de sites oficiais; (2) pesquisa no Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

3 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A globalização tem imposto um modelo de desenvolvimento normalmente associado à ideia de progresso, expansão e crescimento econômico. Esse viés economicista da concepção de desenvolvimento influencia os ordenamentos e (re)ordenamentos espaciais, uma vez que “o território a cada momento foi organizando-se de maneira diversa, muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo, atendendo aos reclamos da produção da qual é arcabouço” (Santos, 1991, p. 45).

Organizar o espaço sempre foi uma premissa para as sociedades, mesmo as mais antigas. A organização espacial, no entanto, é complexa, exatamente por sua visão sistêmica e com interconexão dos diversos elementos bióticos, abióticos e antrópicos. Nesse contexto compreende-se que processos sociais ou físicos influenciam a distribuição espacial do território e a caracterização dos diferentes espaços criados, recriados ou mantidos pelos indivíduos que, assim, experimentam os efeitos das dinâmicas ambientais, sociais, econômicas e políticas (GONÇALVES, 2012, p. 31).

Sendo assim, tem-se que cada coletividade exerce um nível de poder sobre seu espaço de vivência, produzindo um território (TEIXEIRA, MOREIRA e SILVA, 2018). Souza (2009) reconhece que múltiplas realidades podem compor um mesmo território, não apenas as econômicas, “pois as práticas e influências dos indivíduos sobre o espaço e uns sobre os outros perpassam por aspectos culturais, políticos e naturais”. (2009, p. 32). Essas práticas são definidas por Gonçalves (2012) como territorialidades, ou seja, estratégias empregadas por indivíduos ou grupos sociais para gerenciar fenômenos ou pessoas, estabelecendo limites e exercendo autoridade sobre uma determinada região.

A ausência da incorporação e articulação da territorialidade nas políticas públicas é uma problemática antiga na questão ‘geoagrária’ brasileira. Trata-se de uma barreira para uma gestão mais eficiente na promoção do desenvolvimento sustentável e da convivência entre os povos. A vistas disso, essa omissão gera consequências, conflitos e tensões históricas especialmente nos espaços rurais, como é o caso das Reservas Extrativistas. Sendo espaços de uso coletivo, essa ineficiência de gestão pública assume papel assimétrico nas relações de poder local, e não promove a legitimação e pertença por partes das comunidades tradicionais, podendo gerar, ainda, processos violentos de desterritorialização¹ (TAVARES, BISPO e DA SILVA, 2017, p.183).

É nesse contexto que as atuais políticas de desenvolvimento territorial buscam incorporar “iniciativas oriundas de contextos locais/regionais ancoradas em recursos específicos e que buscam alavancar as vantagens competitivas locais aliadas à promoção de mudanças estruturais que conduzam ao bem-estar social da comunidade local” (FUINI; PIRES, 2009, pp. 291-292). Segundo os autores esta postura impõe desafios às formas de regulação e de

¹ Para os autores a desterritorialização de um grupo social ocorre quando há o esfacelamento dos seus membros em lugares e realidades distintas, enquanto um “um processo destrutivo dos valores materiais e simbólicos, os quais não se reproduzem na lógica desenvolvimentista defendida pelos interesses hegemônicos.” (TAVARES, BISPO e DA SILVA, 2017, p.183).

planejamento nacionais e regionais, conforme observamos no Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento², que ressalta os recursos materiais e simbólicos a serem considerados em projeto de desenvolvimento:

“(...) o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações que promovem rupturas e, portanto, envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazo” (BRASIL, 2008, p.21).

Dentre essas alternativas o Estudo ressalta a construção social e política de trajetórias sustentadas de desenvolvimento, a partir da promoção da inclusão de parcelas crescentes das populações marginalizadas, a incorporação sistemática dos frutos do progresso técnico, além da endogeneização dos centros decisórios mais importantes e atenção permanente para as condições da sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2008, p.21), contexto no qual se inscreve a criação das Unidades de Conservação, como as RESEXs.

Gonçalves (2012) destaca os diferentes interesses envolvidos na criação das primeiras RESEXs, de um lado o movimento dos seringueiros e de outro da classe pecuarista que comandavam o do desenvolvimento e integração da região amazônica com o resto do país. Nesta proposta de criação das áreas protegidas foi uma saída encontrada pelos movimentos de base social que permitiu a permanência da diversidade biológica e da população usuária desses recursos, mesmo diante desses conflitos de interesses na área (GONÇALVES, 2012, p.42).

Dessa forma, mesmo a noção estatal de desenvolvimento territorial reconhece que este não é um processo que se refere apenas o uso dos recursos do território, mas trata-se de um processo dinâmico histórico, ligado a projetos de construção coletiva de identidades, mobilizando um conjunto de recursos materiais e imateriais, em particular seus recursos humanos, que trazem consigo valores, crenças, simbolismos coletivos repassados de geração a geração (TEISSERENC, 2016).

Para Vieira e Souza (2017) essa dinâmica é tão importante que afirmam que há possibilidade de territorialização a partir de territorialidades existentes com o lugar, como uma estratégia de defesa de todos os povos tradicionais e da rede de saberes que lhe permeiam. Nesse contexto, novas estratégias de desenvolvimento territorial podem surgir: comunidades extrativistas e pequenos agricultores passam a ser agentes de desenvolvimento em seu território, estímulos a novos arranjos produtivos com a valorização das vocações locais, comprometimento com práticas de preservação e controle ecológico, valorização e afirmação da identidade tradicional extrativista desenvolvidas.

3.1 Unidades de Conservação Extrativistas e possibilidades de desenvolvimento territorial

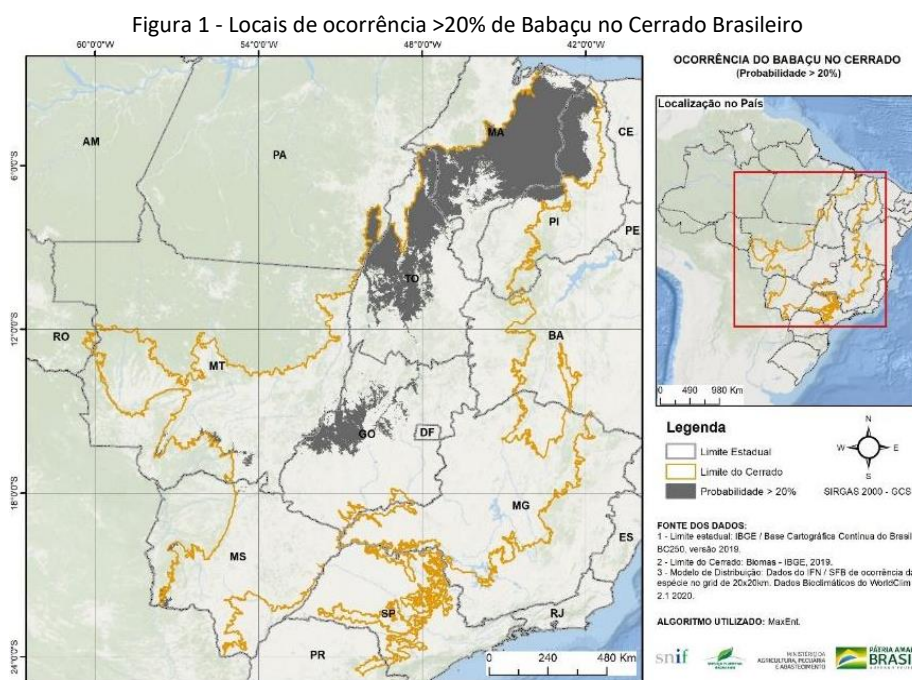
No Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) Lei nº 9.985/2000, as Reservas Extrativistas ou simplesmente RESEX, estão no grupo de unidades de conservação para o Uso Sustentável. Isso imprime na unidade um caráter de exploração dos recursos naturais, mas de forma sustentável, que seja possível por parte de populações, consorciar a utilização dos

² Estudo desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), em parceria com Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (GEE) que servirá para subsidiar a inserção da dimensão territorial no planejamento governamental em 2008.

recursos naturais, produtos florestais, a produção de riquezas, a conservação e a proteção dos meios de vida e suas culturas (TEISSERENC, 2016; SHIRAIISHI NETO, 2017)

Segundo a legislação, as áreas de RESEX são de domínio público e o uso cedido as populações tradicionais, que residem em seu interior e no seu entorno, devendo ser desapropriadas as áreas privadas que estejam incluídas nos seus limites e na zona de amortecimento (BRASIL, 2000).

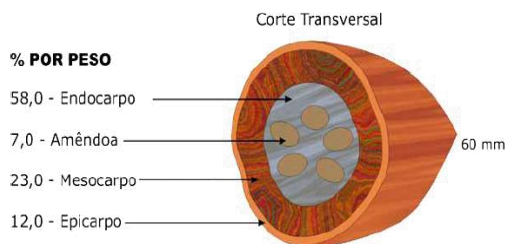
Essa é a proposta para as RESEX do extrativismo de Babaçu nos Estados do Tocantins e Maranhão. Babaçu é nome dado ao fruto de uma palmeira *Orbignya speciosa*, recentemente denominado de *Attalea speciosa*. Do fruto é possível retirar óleo, carvão, além de ser um bom recurso para atividades de artesanato. As áreas de ocorrência de babaçuais nesses estados incluem os vales dos Rios Tocantins, Itapecuru, Médio Mearim e Alto Parnaíba (Figura 1), com uma extensão total de 1.255.600 hectares.



Fonte: SFB-SNIF, 2020

A palmeira pode atingir até 20m de altura, os frutos são com forma elipsoidal e pesam em média de 90 a 280 g cada um (Figura 2). A fruta tem três camadas: um epicarpo fino, mesocarpo rico em amido e endocarpo com cerca de 3 a 4 amêndoas.

Figura 2 - Corte Longitudinal do babaçu



Fonte: Rocha e Lopes Jr, 2016

Segundo Porro (2019) o babaçu é coletado, quebrado, segregado e transportado, envolvendo cerca de 2 milhões de pessoas, com um potencial estimado de até 10,6 bilhões de toneladas de frutos por ano. Existe um modo de vida que circunda a atividade do extrativismo do babaçu, criando uma conexão entre as comunidades e a palmeira, tornando um importante e complexo sistema socioecológico.

A quebra de coco é uma atividade associada à agricultura familiar e essencialmente feminina e está na base econômica de muitas famílias nos estados do Maranhão e Tocantins (TEIXEIRA, MOREIRA e SILVA, 2018). É pela palmeira que se formou os conceitos, pensamento e cultura local, já que a mesma como na fala das quebradeiras “é uma mãe” ou ainda “dela (da palmeira) não se perde nada” (BARBOSA, 2015; PORRO et al, 2023). Da palmeira as quebradeiras extraem: a amêndoa que produzem óleo, azeite, sabão e farinha; palha que serve para a construção de casas; da casca do fruto produzem a farinha, ração animal e também o carvão; e quando ela chega o fim do seu ciclo natural de vida, torna-se um excelente adubo para a atividade de hortas.

Além disso, existe um outro ganho que não é apenas material. As canções entoadas durante as longas caminhadas e a quebra do coco, as roupas coloridas, a comida saborizada pelo azeite ou pelo óleo do babaçu e o espírito cooperativo dessas comunidades (PORRO et al, 2023).

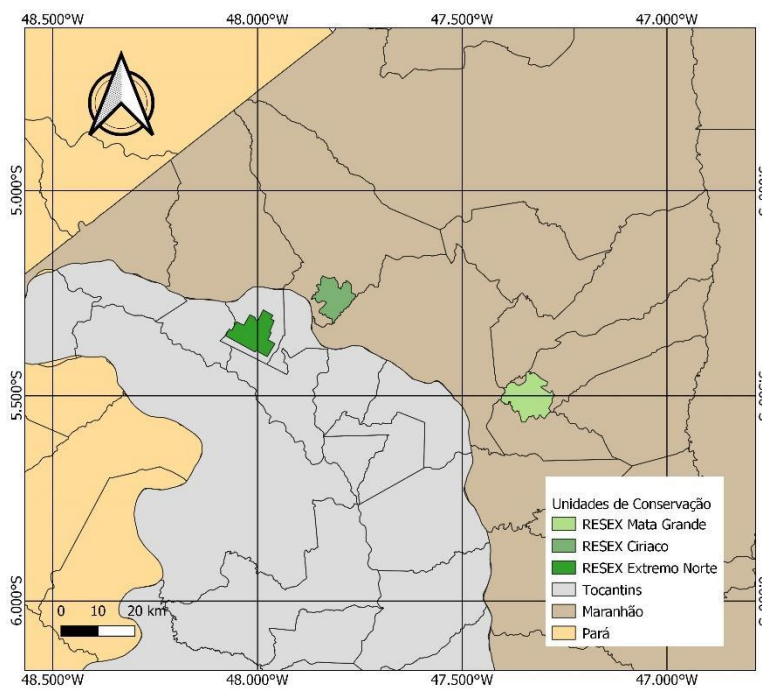
3.1.1 RESEX do Extremo Norte do Tocantins

A reserva foi criada pelo decreto 535 de 20 de maio de 1992, com uma área de 9.280,00 ha, nos municípios de Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins e Sampaio no Estado do Tocantins, na região extremo norte do estado denominada de Bico do Papagaio, na divisa com o Estado do Pará, a Oeste, e com o Estado do Maranhão, a Leste (Figura 3). É uma área de histórico conflito fundiário desde as décadas de 70, entre grileiros e as comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas, além de imigrantes nordestinos.

Segundo Vieira e Souza (2017) o extrativismo do coco babaçu na RESEX representa 82,07% dos frutos extraídos na área, mas outros frutos como o açaí (7,59%), o buriti (5,52%) e o murici (1,38%), estão na cadeia produtiva da reserva.

Apesar de ser uma exigência legal dada pela Lei nº 9.985/2000 a área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, passados mais de 30 anos de sua criação, permanece sem desapropriação das áreas privadas, sem conselho gestor e Plano de Manejo. Estas áreas sob domínio de fazendeiros, impedem o acesso ao coco babaçu e aos outros recursos naturais por parte das populações extrativistas, que são suas beneficiárias por direito (TEIXEIRA, MOREIRA e SILVA, 2018).

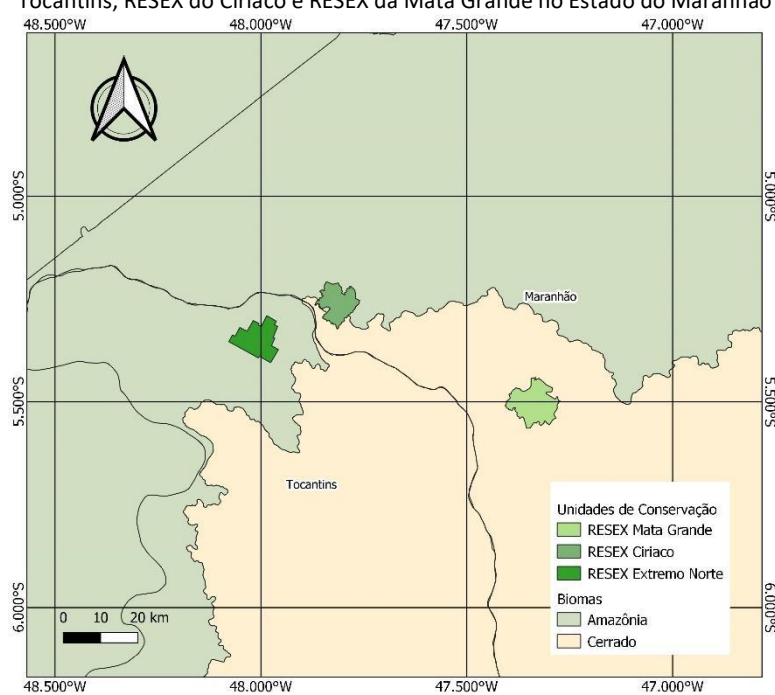
Figura 3 - Localização das RESEX do Extremo Norte do Tocantins no Estado do Tocantins, RESEX do Ciriáco e RESEX da Mata Grande no Estado do Maranhão.



3.1.2 RESEX Ciriáco

A RESEX do Ciriáco foi criada pelo Decreto 534 também no dia 20 de maio de 1992, com uma área de 7.050ha, para proteger e desenvolver o extrativismo do Babaçu predominante na região sudeste do Estado do Maranhão. A área da reserva foi ampliada para 8.084,79 ha pelo Decreto de 17 de junho de 2010, estando localizada nos limites dos municípios de Cidelândia e Imperatriz no Estado do Maranhão, sendo uma área de transição entre dois ecossistemas adjacentes, o Cerrado e a Amazônia (Figura 4).

Figura 4 – Divisão dos ecossistemas adjacentes na áreas da RESEX do Extremo Norte do Tocantins no Estado do Maranhão



É apenas no decreto de junho de 2010 que as áreas internas foram declaradas de interesse social, podendo assim passar por processo de desapropriação. Que diferente do que aconteceu na RESEX do Norte do Tocantins, segundo Santos, Beraldo e Rodrigues (2019) noventa por cento dos proprietários das áreas internas da reserva já foram indenizados. Cerca de 350 famílias tradicionais utilizam o espaço, podendo desenvolver suas atividades de extrativismo, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte. Esse processo de desapropriação e demarcação das terras potencializou os objetivos da reserva, viabilizando a implementação do Conselho Deliberativo e a implantação de Plano de Manejo.

3.1.3 RESEX da Mata Grande

Criada pelo Decreto nº 532, de 20 de maio de 1992, a Reserva Extrativista da Mata Grande, na bacia do rio Cacaú, com uma área de aproximadamente 11.431,44 ha. A RESEX abrange os municípios de Davinópolis e Senador La Roque, no estado do Maranhão. Criada com a finalidade de salvaguardar os modos de subsistência e a cultura das comunidades extrativistas tradicionais, bem como de garantir a utilização sustentável dos recursos naturais (SILVA e SANTOS, 2015).

Entre os anos de 1990, próximo do ano de criação da reserva, a 2014, registrou-se um índice de 118 km² desmatado da área da RESEX e da Zona de amortecimento. Trata-se, portanto, de uma reserva extremamente antropizada, tendo parte da sua área convertida em pastagem e atividade pecuária (MASULLO, GURGEL e LAQUES, 2017).

3.2 Comparativo entre as Reservas

Ambas as reversas são de esfera federal e todas geridas, conforme lei federal, pelo ICMBio. Criadas no mesmo ano (1992), dando a elas o título de “*reservas irmãs*”. Estão em uma região de transição entre dois ecossistemas adjacentes, Amazônia e Cerrado, sendo a do Ciriáco totalmente dentro do bioma amazônico e a da Mata Grande totalmente dentro do bioma Cerrado (Quadro 1)

Quadro 1 – Comparativo entre as RESEX estudadas

	Reserva Extrativista Extremo Norte Do Tocantins	Reserva Extrativista Do Ciriáco	Reserva Extrativista Mata Grande
Esfera Administrativa	Federal	Federal	Federal
Categoria de Manejo	Reserva Extrativista	Reserva Extrativista	Reserva Extrativista
Categoria IUCN	VI	VI	VI
UF	Tocantins	Maranhão	Maranhão
Ano de criação	1992	1992	1992
Ato Legal de Criação	Decreto 535 De 20-05-1992	Decreto 534 De 20-05-1992	Decreto 532 De 20-05-1992
Outros atos legais	Sem Informação	Decreto S/Nº De 17-06-2010 Ampliação	Sem Informação
Municípios Abrangidos	Carrasco Bonito (To)	Cidelândia (Ma), Imperatriz (Ma)	Davinópolis (MA), Senador La Roque (MA)
Plano de Manejo	Sem Informação	Revisão	Sem Informação
Conselho Gestor	Sem Informação	Sim	Sim
Área soma Biomas	9070.08	8106.72	11431.44
Continental	9070.08	15119.15	11431.44
Área Ato Legal de Criação	9280	7050	10450
Amazônia	9070.08	13266.24	
Cerrado		1852.91	11431.44
Grupo	Uso Sustentável	Uso Sustentável	Uso Sustentável

Fonte: SAMGe – ICMBio

A reserva do extremo norte do Tocantins, entre as três, é a única sem conselho gestor instalado ou em funcionamento. Dentre os usos que ocorrem na unidade de conservação, os que geram os maiores benefícios econômicos e/ou sociais, além do extrativismo vegetal, são a visitação para fins educacionais, a agricultura de subsistência, na criação de animais de pequeno porte, e os usos múltiplos sustentáveis dos recursos florestais.

As unidades sofrem com a falta de regulação fundiária, já que no Art 18 da Lei 9.985/2000 preconiza que:

“A Reserva Extrativista é de domínio público, **com uso concedido às populações extrativistas tradicionais** conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que **as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas**”(grifo dos autores)

Portanto, as áreas dentro da reserva devem ser desapropriadas e concedidas às comunidades tradicionais. A RESEX do Ciriáco, entre as unidades, é a única que possui plano de manejo datado de 2011, e que conforme previsto no SAMGe, existe previsão para sua revisão. A ausência de plano de manejo, ou de sua atualização, impacta diretamente a gestão

participativa dentro desses territórios, já que estes documentos balizam as ações gestão da UC, auxiliam no cumprimento dos objetivos estabelecidos na sua criação e promove o manejo sustentável da unidade. Para tanto, a lei que institui o Sistema Nacional prevê que todas as unidades devem ter seu plano de manejo elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação (BRASIL, 2000).

4 CONCLUSÃO

Embora um quarto do território brasileiro seja ocupado por povos e comunidades chamadas tradicionais e da inegável relevância e diversidade cultural que representam, estes grupos sociais possuem grande parte de seu passado na invisibilidade. A partir da Constituição de 1988, novos instrumentos são criados e utilizados na luta pelo reconhecimento dos direitos dessas populações e, ainda, do estabelecimento de um novo paradigma de proteção e preservação ambiental, como o reconhecimento da identidade tradicional das comunidades, a criação das UCs, RESEXs, entre outros.

Ao mesmo tempo, há uma preocupação institucional na incorporação dos interesses dessas comunidades no processo de desenvolvimento territorial empreendido pelo Estado brasileiro, que tem que equacionar os conflitos de interesses dessas populações com os representantes das políticas economicistas de desenvolvimento, como pecuaristas, agentes do agronegócios, entre outros, que representam interesses do grande capital e o compromisso com a produtividade e os lucros.

As dinâmicas configuradas a partir da criação das RESEXs e de outras políticas de valorização da preservação ambiental e sociocultural de áreas historicamente ocupadas por populações tradicionais podem influenciar decisivamente em relação ao desenvolvimento do território onde estão localizadas, como vimos na análise de RESEXs no Tocantins e no Maranhão, se valorizadas (inclusive a nível estatal) as práticas socioculturais e econômicas dessas localidades.

Tem-se, portanto, que as Reservas Extrativistas contribuem para a promoção do desenvolvimento territorial, haja vista que nesses espaços há o reconhecimento da realidade local e a consideração dos valores tradicionais locais, que geram forma de subsistência, desenvolvimento econômico e conservação da natureza. As comunidades extrativistas tradicionais dentro das RESEX, buscam criar alternativas criativas de sobrevivência, a partir de processos de gestão coletiva e participativa dos recursos e do território, trocando ideias e saberes, promovendo a sustentabilidade e o desenvolvimento territorial local.

Compreende-se, por fim, que este desenvolvimento só será perene e eficaz se os atores e recursos envolvidos promoverem iniciativas e ações que valorizem essas dinâmicas e as identidades tradicionais como potenciais experiências para promover o bem-estar coletivo e o crescimento econômico a partir de outros paradigmas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Viviane O. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Jundiaí: Paco Editorial, 1ª ed., 2015.

BRASIL. ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação Da Biodiversidade. **SAMGe**: Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão. Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão. Disponível em: <http://samge.icmbio.gov.br/>. Acesso em: 4 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em: 05 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: volume III – regiões de referência. Brasília, DF, 2008.

FUINI, Lucas Labigalini; PIRES, Elson LS. As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira. **Desenvolvimento territorial em unidades de conservação: o caso da RESEX marinha de São João da Ponta – PA**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

MASULLO, Y. A. G.; GURGEL, H. C.; LAQUES, A-E. Análise espaço-temporal do uso e cobertura da terra das Reservas Extrativistas da Mata Grande e Ciriácó, Maranhão. In: XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2017, Santos-SP. Anais do XVIII SBSR. São José dos Campos: INPE, 2017. p. 3025-3032.

PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka; RUSCHEL, Ademir Roberto; PORRO, Roberto; et al. A ‘mãe palmeira’ ante a privatização de terras sob uso comum: desafios para a conservação do babaçu por quilombolas no vale do Mearim, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 18, n. 2, p. e20220047, 2023. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222023000200206&tlng=pt>. Acesso em: 11 out. 2023.

PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, Apr. 2019.

ROCHA, Y. C. N.; LOPES JUNIOR, R. M. Potencial para o desenvolvimento da cadeira produtiva do babaçu - uma revisão literária. In: XXXVI Encontro nacional de engenharia de produção. Contribuições da Engenharia de Produção para Melhores Práticas de Gestão e Modernização do Brasil João Pessoa/PB, Brasil, de 03 a 06 de outubro de 2016, 10p. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/TN_WIC_234_363_30103.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2023.

SANTOS, Lucélia Neves dos; BERALDO, Keile Aparecida; RODRIGUES, Waldecy. Gerenciamento de projetos na Reserva Extrativista do Ciriácó/MA: desempenho e participação. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 93-110, jun. 2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Sistema Nacional de Informação Florestal Brasileiro - SNIF**. Mapa de Ocorrência do Babaçu no Cerrado. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://snif.florestal.gov.br/pt-br/component/content/article/174-snif-cerrado/cerrado-florestas-e-recursos-florestais/cerrado-arvores-e-seus-usos/babacu/dados-complementares-babacu/684-babacu-mapas?Itemid=>>>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. QUEBRADEIRAS DE COCO: “babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 14, n. 28, p. 147–166, 2017. Disponível em: <<http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/920>>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.

SILVA, A.R. e SANTOS, L.C.A. Análise antropogênica da bacia hidrográfica do rio Cacaú-MA. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 4, nº 6, p. 140-150, jan./jun. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcelo Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em:

<<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

TAVARES, Silvaldo Quirino; BISPO, Mariléia Oliveira; DA SILVA, Reijane Pinheiro. Modos de Vida Tradicionais e “Modernidade” no Tocantins: elementos de transição e suas implicações nas condições dos sujeitos sociais. **Revista Tamoios**, v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/29753>>. Acesso em 20 de setembro de 2023

TEISSERENC, Maria José da SA. Politização, Ambientalização e Desenvolvimento Territorial Em Reservas Extrativistas. **Cafajeste. CRH**, Salvador, v. 29, n.77, pág.229-242, agosto de 2016.

TEIXEIRA, Thaís Helena; MOREIRA, Diego Camelo; SILVA, Nathália Thaís Cosmo da. Territórios, populações tradicionais e conflito: a realidade da Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins, Brasil. **SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades**, 2018, vol. 30: 359-376.

VIEIRA, Fábio Pessoa e SOUZA, Lucas Barbosa. Envolvimento ambiental, caminho sustentável e a defesa da sociobiodiversidade na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. **Guaju**, Matinhos, v.3, n.1, p. 66-90, jan./jun. 2017